

“INSTITUIÇÃO CRECHE: UM ESTUDO COM PROFISSIONAIS DA ÁREA”

CLEIDE VITOR MUSSINI BATISTA¹

BATISTA, C.V. M. "Instituição Creche: Um Estudo com Profissionais da Área". *Semina: Ci. Soc./Hum., Londrina, v.17, Ed. Especial, p.50-62, nov. 1996.*

RESUMO: A idade de 0 a 6 anos é decisiva para o desenvolvimento da criança, pois é um período de grandes modificações tanto no aspecto físico, mental, social como no emocional. Tais modificações condicionam as aquisições posteriores. Subentende-se, então, que é nesta fase que a criança precisa ser melhor assistida, tendo um acompanhamento de pessoas mais preparadas para promover este desenvolvimento. O foco do trabalho é a educação infantil em creches na cidade de Londrina. A questão orientadora de todas as etapas do estudo, seguindo a metodologia da problematização, foi a seguinte: Qual o entendimento que o profissional de creche tem de sua instituição, bem como de sua função? O que fazem e como fazem para a promoção do desenvolvimento infantil? O objetivo do estudo foi analisar qual entendimento que os profissionais que atuam com crianças de 0 a 6 anos tem sobre creche, desenvolvimento infantil, e o que fazem e como fazem para a promoção deste. Tomou-se como sujeitos 24 profissionais que atuam em creches e com creches, seja com as crianças, seja com a coordenação desse tipo de instituição. Buscou-se estudar o problema através da literatura sobre educação infantil e creches, através da legislação educacional, de outros documentos oficiais e de entrevistas com profissionais que atuam nas Instituições estudadas. A análise dos resultados, mostrou que séculos se passaram e a visão que se tem de creche pouco mudou, sendo ainda, assistencialista, higienista e compensatória. Esta visão é justificada pela fragilidade de alguns destes profissionais que além de não ter uma visão clara do papel da creche, não têm bem definido qual a sua função, o que fazer e como fazer para promover o desenvolvimento infantil.

PALAVRAS-CHAVES: Creche; desenvolvimento infantil; educação de 0 a 6 anos; profissionais de creche.

Durante alguns anos tenho me dedicado ao estudo do desenvolvimento infantil. Este interesse teve início em 1984, quando assumi uma sala de pré-escola. A partir de então, busquei leituras diversas para aprofundamento na área e para embasar minha prática. Hoje, com alguns conhecimentos e experiências acumuladas na área de educação e alfabetização, tenho visitado muitas instituições (creches e pré-escolas especialmente) além de oferecer cursos aos profissionais desta área.

Em contato direto com profissionais destas instituições (100% do sexo feminino), comecei a partilhar dos problemas que enfrentavam no dia-a-dia. Dentre os muitos problemas, o que mais se ressaltou foi percebido pela vontade expressa por eles, para que eu lhes passasse minhas experiências na área e através de grupos de estudos ou práticas pedagógicas lhes transmitisse um pouco de teoria e prática.

Senti neles, a vontade de buscar, de querer saber, e assim tornar suas práticas em sala com as crianças, melhor.

Diante de tal realidade observei que as profissionais que atuam nessas instituições apresentavam diferentes dificuldades no desempenho de seu papel.

Partindo da premissa de que é na idade de 0 a 6 anos que a criança precisa ser melhor assistida, pois segundo o Centro Internacional da Infância (1987, p.12):

“Durante este período, o crescimento físico, a aprendizagem da linguagem, a criatividade, a atividade motora, a descoberta social, a inteligência têm um desenvolvimento muito rápido e condicionam as aquisições posteriores. Por isso, é primordial, além de uma vigilância sanitária e nutricional, favorecer o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança e de permitir-lhe que descubra os diferentes valores morais e sociais para ajudá-la tomar seu lugar na vida familiar e comunitária (...).”

Se de fato é nesta fase que a criança precisa ter um acompanhamento de pessoas mais preparadas para promover seu desenvolvimento, me convenci que duas questões se fazem fundamentais neste momento, para compreendermos alguns obstáculos que ainda estão presentes na educação infantil.

1.1 - Problema

Qual o entendimento que o profissional que atua em creche tem de sua instituição, bem como de sua função? O que fazem e como fazem para a promoção do desenvolvimento infantil?

¹ Especialista em Língua Portuguesa. Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina, PR., Brasil, Caixa Postal: 6001, CEP: 86051-970.

2 - PONTOS CHAVES

Refletindo sobre o problema formulado, posso levantar algumas possíveis causas que contribuem para a existência deste, e que permeiam a educação infantil:

1. os pré-requisitos exigidos para o trabalho (baixo salário, grau de escolaridade exigida);
2. o baixo nível de escolaridade das profissionais que atuam em creche atualmente;
3. o entendimento distorcido que as profissionais têm de sua instituição;
4. a falta de clareza que as profissionais que atuam em creche tem sobre a importância de seu papel ou função;
5. as atividades desenvolvidas no dia-a-dia da instituição;
6. o baixo investimento que se faz nesse nível educacional.

Estas possíveis causas, são na verdade o desdobramento de determinantes mais complexos e abrangentes da nossa sociedade, entre os quais podemos lembrar:

1. a visão histórica da concepção que se tem a respeito de educação infantil;
2. o abandono em que se encontra a educação em geral no nosso país;
3. a falta de especificidade da lei que garante a educação de 0 a 6 anos;
4. a desvalorização do profissional que atua na área de educação.

Diante dessa primeira abordagem do problema, percebe-se a necessidade de aprofundamento do estudo de alguns aspectos para maior compreensão do mesmo, e que podem ser definidos nos seguintes **pontos chaves**:

1. elementos da História da Educação Infantil;
2. o que a Legislação garante com relação à Educação de 0 a 6 anos;
3. grau de escolaridade das profissionais de creche (baseado numa amostra de Instituições de Londrina);
4. o que se entende por creche (a visão das profissionais que nela atuam);
5. o papel das profissionais na promoção do desenvolvimento infantil (atividades que observei ou que foram descritas por elas).

3. TEORIZAÇÃO

Apresento e analiso nesta etapa os dados/informações colhidos durante o estudo, com base nos pontos chaves definidos no item dois.

Tais dados não serão separados para descrição, mas apresentados de forma integrada aos elementos colhidos na literatura sobre o tema.

O estudo foi realizado através da Metodologia da Problematização, de Charlez Maguerez (BORDENAVE & PEREIRA, 1982), que tem como princípio, buscar na realidade onde se atua, um problema. Como se observa no esquema gráfico a seguir, selecionado o problema, procura-se identificar as possíveis causas e determinantes sociais mais amplos do problema em estudo. Busca-se, então, na teorização, construir respostas mais elaboradas para este problema. A partir disso, apontam-se solu-

ções que possibilitem modificações dessa realidade e por final, a aplicação à realidade é prevista, possibilitando o intervir, o exercitar, o agir social.



Esquema gráfico da Metodologia da Problematização de Charlez Maguerez.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas, com o intuito de buscar informações que subsidiassem a análise e a compreensão do problema levantado.

Assim, os roteiros da entrevista, tanto para as profissionais de sala (anexo 1) quanto para as coordenadoras (anexo 2), enfocaram de forma geral, os seguintes aspectos: grau de escolaridade, função, o número de profissionais por sala, o número de crianças atendidas, o entendimento de creche, o papel das profissionais no desenvolvimento das crianças e o que fazem e como fazem para promover o desenvolvimento destas.

Para a realização do estudo foram selecionadas cinco Instituições, dentre inúmeras que atendem crianças de 0 a 6 anos. Estas instituições estão localizadas na cidade de Londrina, em diferentes regiões: Central, Oeste, Leste e Sul e atendem a um número expressivo de crianças - de 70 a 130 em cada Instituição.

Destas cinco instituições, duas são consideradas "modelos", localizadas em instituições Estaduais, sendo que uma delas recebe todo amparo de profissionais de diversas áreas que sediam o trabalho dos que nela atuam, além de ter uma equipe (direção- coordenação) que lhe dá o apoio técnico - pedagógico. A outra, por estar centrada numa instituição Estadual modelo, busca também desenvolver em sua creche um trabalho diferenciado, contando assim, com uma equipe técnico-pedagógica que contribui para o melhor andamento dos trabalhos desenvolvidos pelas profissionais.

Foram entrevistadas 27 profissionais de educação infantil.

Dentre estas profissionais, 21 atuam em sala, três são coordenadoras pedagógicas, duas pertencem a Assessoria da Educação Pré-escolar da Prefeitura do Município de Londrina e uma Assistente Social, da Secretaria da Ação Social do Município de Londrina.

Além dos dados da vivência desses sujeitos e das respostas fornecidas por eles que aqui são apresentadas na íntegra, busquei também na literatura, aspectos históricos, legais e teóricos sobre o desenvolvimento infantil e a educação de 0 a 6 anos em creches, que já podem ser do conhecimento dos intelectuais da área, não das profissionais, alvo deste estudo, como verifiquei no decorrer do mesmo.

3.1. Elementos da História da Educação infantil.

A idéia de educar crianças menores de seis anos de diferentes condições sociais não é um fato recente, pois já era tratada por Comenius (1592-1670) no seu livro *The School of Infancy*, publicado em 1628, onde o autor propunha um nível inicial de ensino que era o *colo da mãe* (Mother's lap). Para ele, o processo de aprendizagem se iniciava pelos sentidos, pois impressões sensoriais advindas de objetos seriam internalizadas e futuramente interpretadas pela razão. Defendia, portanto, que a educação de crianças pequenas deveria utilizar materiais e atividades diferentes segundo suas idades, de modo a auxiliá-las a fazer aprendizagem abstrata no futuro (OLIVEIRA, 1995).

A história da assistência pré-escolar, embora muito distante dos seus atuais objetivos, a não ser no que concerne à ajuda dos filhos das mulheres que trabalham fora de casa, pode também ser encontrada nos chamados *refúgios* do século XVIII, em que inúmeras crianças amontoadas em uma cozinha ou em um quarto eram assistidas por uma *guardiã*, simples dona-de-casa, que ficava com os filhos das vizinhas operárias.

Antes disso, com o nascimento do pensamento pedagógico moderno nos séculos XVI e XVII, impregnando-se do pragmatismo tecnicista e do desenvolvimento científico ocorrido com a expansão mercantilista, criaram-se novas perspectivas educacionais, que terminaram repercutindo na educação de crianças pequenas. Neste período e junto com o ideário criado no seio dos movimentos religiosos da época, foram organizadas escolas para pequenos (*petty schools*, ou *écoles petites*) na Inglaterra, França e outros países europeus.

Em 1770, na França, as primeiras creches surgiram da necessidade de guarda de crianças, principalmente de filhos de operários. Nesta época havia aquela mentalidade assistencialista de que as crianças estavam jogadas, malcuidadas e que era preciso recuperá-las, colocando-as num local onde ficassem a salvo dos perigos da rua (NICOLAU, 1990). Assim, foram criadas por Oberlin, as *Écoles à Tricot*, que abrigavam também os filhos de operários, mas a preocupação era só com a guarda da criança e nada mais. No início do século XIX, surgiram as classes de asilos, estabelecidas pela primeira vez por Robert Owen, nas proximidades londrinas. Aos poucos, estas classes foram se expandindo e em 1848, o nome delas foi substituído pelo de Escola Maternal (OLIVEIRA, 1995).

Na realidade, os verdadeiros mentores dos objetivos atuais da educação pré-escolar foram: Rousseau, que teve como seu precursor Pestalozzi e finalmente Fröbel que ganhou aos poucos a Europa e a América do Norte, acrescentando-se, mais tarde, a experiência de Maria Montessori. Rousseau (1712-1778) combateu idéias que prevaleciam há muito tempo, chamando a atenção da necessidade de a criança experimentar desde cedo coisas e situações de acordo com seu próprio ritmo, com seu processo maturacional. Tais idéias abriram caminho para os estudos de Pestalozzi (1746-1827), que começou trabalhando com órfãos em ensino industrial e em 1774, quando criou um orfanato para crianças pobres em Stanz, defendia que a educação deveria ocorrer em um ambiente o mais natural possível, sob um clima de disciplina

estrita mas amorosa, o que contribuiria para o desenvolvimento do caráter infantil. Pestalozzi levou adiante as idéias de prontidão que já estavam presentes nas idéias de Rousseau, e também as idéias de prontidão de conhecimento, do mais simples para o mais complexo, que já aparecia em Comenius (OLIVEIRA, 1995).

Fröbel (1782-1852), é figura de destaque no cenário educacional dos tempos modernos. Segundo Frederick Eby (apud NICOLAU, 1994, p.31),

"Fröbel é considerado hoje o reformador educacional mais completo do século XIX".

Discípulo de Pestalozzi e influenciado por ele, Fröbel foi totalmente independente e crítico, formalizando os seus próprios princípios educacionais, cujas idéias reformularam a educação. A essência de sua pedagogia são as idéias de atividade e liberdade (NICOLAU, 1994), e foi por um ideal político de liberdade que Fröbel propôs a criação de *Kindergartens* (jardins de infância) (1837), onde as crianças eram consideradas pequenas sementes que adubadas e expostas a condições favoráveis em seu meio ambiente, desabrochavam em um clima de amor, simpatia e encorajamento. Assim, nestes *Kindergartens*, as crianças estariam livres para aprender sobre si mesmas e sobre o mundo e também nestes, predominariam as atividades práticas autogeradas pelos interesses de desejos da criança, dado o poder de criar que, como defendia Fröbel, era inato da criança (OLIVEIRA, 1995).

Fröbel foi o primeiro educador a enfatizar o brincar, a atividade lúdica, o desenho e as atividades que envolvam o movimento. Os ritmos, eram muito importantes; as histórias, os mitos, as lendas, os contos de fadas e as fábulas eram valorizadas, pois desenvolviam os poderes da mente. Também foi o primeiro educador que captou o significado da família nas relações humanas, estendendo a função familiar aos planos biológico, social, religioso e educacional (NICOLAU, 1994).

Maria Montessori (1870-1952) incluiu-se na lista dos principais pioneiros construtores da idéia de uma educação infantil. Sua grande marca foi a criação de materiais adequados à exploração sensorial pelas crianças e específicos a cada objetivo educacional. Propôs ainda que houvesse uma diminuição do tamanho do mobiliário usado pelas crianças na pré-escola e de miniaturizar os objetos domésticos cotidianos a serem usados para brincar na casinha da boneca. Algumas críticas lhe foram feitas, das quais, a sua ausência de preocupação com a formação do ser social, a rigidez com que os exercícios com os materiais eram realizados e a desatualização, mesmo na sua época, de sua proposta de ensino da escrita pelo método alfabético, em detrimento, por exemplo, do método global de Decroly (OLIVEIRA, 1995).

Para Decroly (1871-1932), a criança deve ser criança e não um adulto em potencial. Seu método é conhecido como *Centros de Interesse*. Nos centros de interesse, a criança passava por três momentos: o da observação, o da associação e o da expressão (NICOLAU, 1994). Segundo aquele educador:

"A observação não ocorre em uma lição, em um momento particular do técnico educativo, mas

deve ser considerada como uma atitude, chamando a atenção do aluno constantemente.

A associação possibilita que o conhecimento adquirido por meio da observação seja compreendida em termos de tempo e de espaço.

A expressão possibilitaria ao educando externar que aprendeu, através da linguagem gráfica ou outra qualquer, integrando, assim, os diversos conhecimentos adquiridos” (NICOLAU, 1994, p.35).

Os centros de interesse são muito flexíveis, podendo se estender durante meses, devido a riqueza de possibilidades exploratórias.

Decroly não deixou de lado nada que a escola deveria ensinar à criança; simplesmente, transformou a maneira de aprender e ensinar, ajustando-se à psicologia da criança (NICOLAU, 1994).

O que levou estes educadores como Pestalozzi, Decroly e Montessori a criar propostas de trabalho educacional para as crianças pré-escolares foi a preocupação com a pobreza, abandono e maus-tratos de determinadas crianças pequenas, cujos pais trabalhavam em fábricas e minas criadas pela Revolução Industrial que se implantava na Europa Ocidental (OLIVEIRA, 1995).

Com a rápida industrialização, houve a expansão dos serviços pré-escolares na Europa e Estados Unidos. Mas ... qual é a história da educação infantil em nosso país?

Analisando a situação da infância no Brasil, fica evidente a urgência de se estabelecer uma política que defina o atendimento à criança de 0 a 6 anos.

Os pronunciamentos e as estatísticas oficiais nos revelam dados que nos deixam alarmados, pois como podemos conviver num país que chega ao final do século XX com altos índices de mortalidade infantil e ao mesmo tempo é considerado a oitava economia do Mundo?

Isto vem nos revelar que:

“a prioridade de atendimento à infância é ainda a nível de discurso, pois se fizemos um retrocesso histórico observaremos que até o início da República, muito pouco se fazia no Brasil em relação à criança de 0 à 6 anos, tanto em termos de proteção jurídica como de alternativas de atendimento” (SOUZA e KRAMER, apud SOUZA E KRAMER, 1988).

Uma das alternativas de atendimento, segundo Civiletti (1991), era a casa dos Enjeitados, Casa dos Expostos, Casa da Roda ou simplesmente Roda que existia em quase todos os países do mundo, inclusive em quase todos os países da América do Sul, dentre eles o Brasil, nos séculos XVIII e XIX. Lallemand, citado por Civiletti, explicita que a primeira Casa de Expostos existentes em nosso país foi fundada pelo Vice-rei em 1726, em Salvador.

O nome de Roda, pelo qual tornou-se mais conhecida, deve-se à assimilação da instituição ao dispositivo onde eram depositadas as crianças. Trata-se de um cilindro cuja superfície lateral é aberta em um dos lados e que gira em torno de um eixo vertical. O lado fechado fica voltado para a rua. Uma campainha é colocada nas proximidades. Se uma mulher deseja entregar um recém-nascido, ela avisa a pessoa de plantão tocando a

campainha. Imediatamente, o cilindro, girando em torno de si mesmo, apresenta para fora o seu lado aberto, recebe o recém-nascido e, continuando o movimento, leva-o para o interior (CIVILETTI, 1991).

A Roda recebia crianças de qualquer cor, mas seus usuários eram basicamente os filhos de escravos. Ela também preservava o anonimato dos pais.

Na realidade, o que é mais deprimente, quanto a este lugar Roda, onde ficavam as crianças é o alto índice de mortalidade e o destino dos sobreviventes. Pela fala de D. Pedro I à Assembléia Constituinte de 1823, citado por CIVILETTI (1991):

“A primeira vez que fui à Roda dos Expostos, achei, parece incrível, sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuário. Pedi o mapa e vi que em treze anos tinham entrado perto de doze mil e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente onde elas se acham...”

(MONCORVO FILHO, 1926, p.36 apud CIVILETTI, 1991).

Este fato não alarmava as mães, pois na tentativa de livrar seus filhos da escravidão, qualquer estratégia era válida, inclusive a morte. Mott (1979) in Civiletti (1991), relata que nos anos de 1828-1929:

“Esse horror à escravidão é tão grande, que eles não só se suicidam como também matam seus filhos para escapar dela. As negras são conhecidas como sendo ótimas mães (...) mas este mesmo amor freqüentemente as leva a cometer infanticídio”.

Este tipo de atendimento à criança é considerado um descaso com a mesma, isto é, devido a visão que se tinha de infância e de criança, pois ela não era vista como tal e sim considerada um adulto em miniatura.

Segundo CIVILETTI (1991), o surgimento do discurso sobre a creche no Brasil já aparece em janeiro de 1879, em uma série de cinco artigos no periódico A Mãe de Família, escrito pelo Dr. K. Vinelli, médico dos expostos:

“A creche é um estabelecimento de beneficência que tem por fim receber todos os dias úteis e durante as horas de trabalho, as crianças de dois anos de idade para baixo, cujas mães são pobres, de boa conduta e trabalham fora de seu domicílio”. (A Mãe de Família, jan./1879, p.3).

Assim, segundo a autora, não só o termo creche é tomado emprestado da língua francesa, onde designa presídio, mas toda a idéia de finalidade e funcionamento destas instituições. No artigo primeiro do Statuts de Creches temos sua definição, de onde foi tirada a versão brasileira:

“Uma sociedade beneficente é estabelecida entre as pessoas caridosas que desejam concorrer a fundar uma creche para crianças pobres de menos de dois anos, cujas mães trabalham fora

de seu domicílio e tenham uma boa conduta”.
(CIVILETTI, p.37)

Mas, só a partir das duas últimas décadas do século XIX, alguns grupos privados (conjuntos de médicos e sanitaristas, associações de damas beneficentes, etc) começaram a elaborar projetos de atendimento à infância insuficientes e quase inexpressivos ante a situação de saúde e educação da maior parte da população (SOUZA e KRAMER, 1988). Segundo documento da Secretaria de Educação de São Bernardo do Campo (1992), foi muito forte a influência higienista na creche, pois a ênfase do atendimento estava na saúde e higiene da criança, de sua família, da creche e de seus funcionários.

Já nesta época faltava por parte da administração pública, interesse pelas condições da criança brasileira, principalmente a pobre, e foi com o intuito de diminuir a apatia que dominava as esferas governamentais quanto ao problema da criança que alguns filantrópicos começaram a atuar no início do século XX. As mudanças sociais e políticas que ocorreram no cenário nacional, a partir dos anos 20 deste século, começaram a impulsionar um maior reconhecimento do setor público quanto à importância do atendimento à criança (SOUZA e KRAMER, 1988).

Nas décadas de 30 e 40, houve a organização de parques infantis para filhos de operários quando a mobilização destes trabalhadores por melhores condições de vida atuava como mecanismo de pressão sobre o reordenamento político que ocorria e que era voltado para uma modernização do sistema econômico do país (OLIVEIRA, 1995).

Como citam SOUZA e KRAMER (1988), a valorização da criança seria gradativamente acentuada após 1930, quando a causa da criança passaria a mobilizar o interesse de autoridades oficiais e a consolidar iniciativas particulares, num contexto de reforço ao patriotismo, sendo criadas então, diversas instituições voltadas à infância.

Após a Segunda Guerra Mundial, num momento que era interessante (pelo número de empregos disponíveis) a permanência de mulheres em casa, firmou-se a relação materna como modelo privilegiado de relação adulto-criança, admitindo-se a creche apenas como substituta materna (Sec. de Educação de São Bernardo do Campo, 1992).

Já no período da ditadura militar, a educação no país passa a ser estrategicamente concebida pela Escola Superior de Guerra e são efetuados acordos secretos entre o MEC e a USAID (United States Agency for International Development), visando desenvolver o sistema educacional brasileiro de modo a adequá-lo ao modelo econômico que estava sendo implantado. Assim, a educação passou a ter um caráter mais tecnocrata, normatizado através da Lei 5692/71 (Sec. da Educação São Bernardo do Campo, 1992).

Nesta história da nossa Educação Infantil, dois marcos devem ser assinalados como definidores do reconhecimento do direito à Educação:

Declaração dos Direitos da Criança - documento produzido pela ONU em 1959 e complementado pela Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos de

1990, assinada em Jomtiem, na Tailândia, em março de 1990, por representantes de 155 países (Caderno de Educação Infantil, 1994).

O contexto econômico e político presente nas décadas de 70 e 80 propiciou um vibrante movimento em luta pela democratização da educação pública brasileira.

A Lei número 5692/71 estabelece:

No Capítulo II - Do Ensino de 1º Grau, Artigo 19, parágrafo 2º:

“Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”.

No Capítulo VI - Do Financiamento, Artigo 61:

“Os sistemas de ensino estimularão as empresas que tenham em seus serviços mães de menores de sete anos a organizar e manter, diretamente ou em cooperação, inclusive com o Poder Público, educação que preceda o ensino de 1º Grau.”

Como vemos, na Lei 5692/71, Capítulo II - Do Ensino de 1º Grau, Artigo 19, parágrafo 2º:

Os sistemas de ensino velarão Segundo Bueno (1995, p.672, velar é sinônimo de:

“Encobrir, esconder, cobrir com véu, tornar escuro, expor chapa fotográfica virgem à ação da luz, inutilizando-a;

v.int. passar a noite sem dormir, vigiar; estar alerta; estar em vigia, de guarda à noite junto de um doente, ou de um morto”.

Para Ferreira (1985, p.492), velar é:

“v.int. 1. passar a noite acordado. 2. Estar alerta; vigiar. T. 3. Estar de vigia, de guarda. 4. Passar a noite à cabeceira de (um doente), ou ao pé de (um morto). 5.Zelar”.

Desta forma, subentende-se que cabe aos sistemas de ensino zelar, guardar a criança de 0 a 6 anos e é com este caráter que as creches vêm desenvolvendo seu papel.

Refletindo o momento político em que foi promulgada, a Lei 5692/71 praticamente ignorou a educação da criança pré-escolar. O Artigo 19, mostra o pequeno interesse concedido à pré-escola, além do caráter vago da redação do texto. Estes são fatores que determinaram em parte a inexistência de uma política educacional nacional progressiva para esta faixa da população, no nível do Ministério da Educação (CAMPOS, 1993).

Em 1974 o MEC constituiu um grupo de estudos do qual resultou uma proposta de categorização do atendimento por faixa etária: 0 a 1 ano, creches; 2 a 3 anos, escolas maternas; 4 a 6 anos, jardins de infância. Esta categorização não foi incorporada seja no âmbito em nível federal, seja no nível das Secretarias Estaduais ou Municipais da Educação. A partir deste grupo de estudos de 1974, o MEC criou, extinguiu e modificou diferentes

órgãos para cuidar da educação pré-escolar.

A década de 80 é marcada pelos movimentos sociais instaurados pela abertura política no país. Estes movimentos intensificam suas reivindicações por melhor educação no clima de abertura democrática. Esta década assistiu, no plano da regulamentação do direito à creche nas relações de trabalho, um grande avanço que culminou com a promulgação da nova Constituição (CAMPOS, 1993).

A Constituição de 1988 trouxe grandes avanços no tratamento de situações que se referem à criança e ao adolescente. Em relação às crianças com menos de sete anos, é a primeira vez que aparece em um texto constitucional que o Poder Público deve oferecer condições para sua educação. A educação institucional de crianças desta faixa etária é reconhecida constitucionalmente como um Direito da criança desde o nascimento. Assim, o novo regime constitucional favorece o rompimento com os atendimentos anteriores oferecidos às crianças com menos de sete anos, marcados pela improvisação e pelo assistencialismo (Sec. da Educação de São Bernardo do Campo, 1993).

A Constituição de 1988 traz os seguintes artigos:

"ARTIGO 208 - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

(...)

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

(...)

ARTIGO 212 - A União aplicará anualmente, nunca menos de 18% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferência, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Podemos dizer, mediante o teor destes artigos da Lei que pelo menos ao nível do texto constitucional houve uma mudança bastante significativa, principalmente para as creches: que sempre estiveram vinculadas a áreas de assistência social e que agora passa à área de Educação (Sec. da Educação de São Bernardo do Campo, 1993).

Por outro lado, a Lei 5692/71 e a Constituição de 1988 não caracterizam (sequer citam) o profissional que irá trabalhar na creche.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também não explicita tal papel, embora estabeleça importantes direitos fundamentais que cabe a todos os segmentos da sociedade - família, escola e poder público - assegurar:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CAPÍTULO 4 - DO DIREITO À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER.

ARTIGO 53 - A criança e o adolescente tem direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

ARTIGO 54 - É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem na idade própria;

(...)

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

(...)

ARTIGO 58 - No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade e o acesso às fontes de cultura.

Estes artigos citados representam um pequeno avanço em direção a uma realidade mais favorável ao desenvolvimento da criança.

Em 1993, o Conselho Estadual de Educação nomeou uma Comissão com o objetivo de realizar estudos para atualização das normas de Educação Infantil. Desta forma, em 12 de novembro de 1993, é aprovada a Deliberação n. 034/93. Nela consta:

"CAPÍTULO I - DA EDUCAÇÃO INFANTIL

ARTIGO 1º - A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, constitui direito da criança e dos seus pais, é dever do Estado e da Família, na forma dos artigos 7º, XXV; 30, VI; 208, IV e 277 da Constituição Federal.

ARTIGO 2º - A Educação Infantil será ofertada em:

I - Creche: Berçário e Maternal, para crianças de zero a três anos;

II - Pré-escola: Jardim I, II e III, para crianças de quatro a seis anos."

No entanto, o que vemos hoje, é que as creches atendem crianças desde os 04 meses até o 06 anos e 11 meses de idade, na grande maioria.

"ARTIGO 3º - A Educação Infantil caracteriza-se pedagogicamente, por atividades que ofereçam oportunidades de pleno desenvolvimento aos educandos, através de interações estabelecidas entre as crianças e o meio físico e social, norteando-se pelos seguintes princípios:

I - Respeito aos direitos individuais da criança;

II - Consideração às suas condições afetivas;

III - Respeito pela diversidade de expressões culturais;

IV - Promoção de oportunidades para o desenvolvimento físico;

V - Criação de condições para a integração social;

VI - Oportunidade de acesso ao saber elaborado."

Analisando o que diz o Artigo 3º e observando toda a trajetória da educação infantil, vemos que ela assumiu diversas concepções, como: assistencialista, higienista e compensatória. O que me chama a atenção é que desde aproximadamente 1600, sempre se pensou em educação infantil, mas desde então, a concepção que se tem dela nada mudou, pois diante das respostas fornecidas

por alguns profissionais de creche, são reforçadas as concepções assistencialista e higienista. Vejamos o que as profissionais das Instituições visitadas entendem por creche:

INSTITUIÇÃO A

- É um lugar onde deve ser uma continuação da casa, recebendo o mesmo tratamento.
- Teria que ser o lar da criança, pois elas passam a maior parte do tempo nela.
- Lugar onde os pais deixam as crianças para poderem trabalhar.
- Lugar onde se deixa os filhos da gente para alguém cuidar, dar educação, higiene. O que se faz em casa com o filho da gente deve ser continuado na creche.
- Uma instituição onde as crianças carentes ficam. Também é um lugar que procura atender as crianças em todos os aspectos.
- É uma chance que a comunidade dá para as mães trabalharem e não é um depósito.

INSTITUIÇÃO B

- Não deve ser só assistencialista, mas dar oportunidade para se desenvolver com: atividades, etc.
- Um lugar que ajude no desenvolvimento, na socialização e onde a criança aprenda a ser mais independente.
- Como uma pré-escola para poder socializar, interagir com outras crianças e com o professor e não só como uma instituição onde a mãe deixa seus filhos para trabalhar.
- Além de ser um lugar onde a mãe pode deixar seu filho com segurança também é um lugar que a criança aprende - uma escola - ter convivência social além da família.
- A creche é assistencialista e também pedagógica, pois tem conteúdos a serem desenvolvidos com as crianças.

INSTITUIÇÃO C

- Segunda casa da criança, pois ficam mais ali e adoram a creche.
- Tem que ser um segundo lar, pois vai refletir no futuro deles o que eles aprenderem de bom. Um pedaço da vida deles vai ficar aqui.

INSTITUIÇÃO D

- Instituição onde a criança passa 08 horas por dia, e nessas horas visamos não só o bem-estar da criança em relação a higiene e alimentação, mas também os trabalhos pedagógicos no qual é essencial.
- Um local que deve ser bem instrumentalizado, tanto com recursos humanos bem capacitados para possibilitar o pleno desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos.
- A visão de creche para muitos é que é apenas um lugar onde pais deixam seus filhos para trabalhar, mas na verdade creche é onde as crianças recebem muita atenção visando a higiene, saúde, alimentação e também um desenvolvimento cognitivo de acordo com sua idade.
- Infelizmente a visão que se tem de creche é um lugar onde os pais podem deixar seus filhos para trabalhar. Isso tem que ser mudado, uma vez que devemos formar indivíduos, críticos, autônomos, pensantes. E uma creche que apenas cuida das crianças, não é capaz de propor atividades para o desenvolvimento cognitivo da criança.

INSTITUIÇÃO E

- Creche é um local no qual a criança fica para os pais trabalharem, e também uma casa onde as crianças vivem em sociedade umas com as outras.
- Lugar onde as crianças precisam ficar para os pais poderem trabalhar.
- Lugar para cuidar das crianças para as mães trabalharem. É um Lar onde as crianças podem ter mais carinho e conforto.

Conforme os quadros das instituições, percebemos que 10 entre 20 das profissionais concebem a creche como um segundo lar; lugar onde os pais deixam seus filhos para poderem trabalhar. Este tipo de visão é assistencialista, já que caracteriza a creche com a única função de assistir as crianças na ausência dos pais.

Outros (5) já começam a ter uma concepção transitória, assumindo não só o caráter assistencialista, como também a função pedagógica da creche. Vejamos o exemplo da profissional da Instituição C:

“Tem que ser um segundo lar, pois vai refletir no futuro deles o que eles aprenderem de bom. Um pedaço da vida deles vai ficar aqui.”

E por fim, a concepção de uma minoria (5), das consultadas que consideram a creche como fundamental para o desenvolvimento infantil, possível de ser constatada por um das profissionais da Instituição D:

“Infelizmente a visão que se tem de creche é um lugar onde os pais podem deixar seus filhos para ir trabalhar. Isso tem que ser mudado, uma vez que devemos formar indivíduos críticos, autônomos, pensantes. E uma creche que apenas “cuida” das crianças, não é capaz de propor atividades para o desenvolvimento cognitivo da criança”.

Foram consultados três profissionais que exercem cargos de coordenação, direção ou pedagogo na creche. Estes fazem parte das instituições A, B e D. Nas instituições C e E o diretor ou coordenador é o presidente da creche, mora na comunidade e está presente todos os dias, enquanto outros moram distante da creche e sua visita não é freqüente.

Também foram consultadas a Assessoria Pedagógica do Pré-escolar da Rede Municipal de Londrina e a Assistente Social, Coordenadora do Projeto Creche da Secretaria da Ação Social.

Estes últimos profissionais concebem creche como:

“É o equipamento social cuja finalidade é atender a criança de 0 a 3 anos em todos os aspectos de seu desenvolvimento: físico, emocional cognitivo, nutricional e de saúde. (Assessoria Pedagógica do Pré-escolar da Rede Municipal de Ensino)

“Creche é um espaço de educação infantil que deve proporcionar e promover o desenvolvimento integral da criança de 0 a 6 anos” (Assistente Social Coordenadora do Projeto Creche da Secretaria de Ação Social)

“Espaço de vivência, de socialização e integração da criança, além de trabalhar com o desenvolvimento de 0 a 6 anos. (Coordenadora da Instituição A)

“Instituição de Educação Infantil que visa o atendimento da criança enquanto a mãe está no trabalho. Não prioriza o assistencialismo, mas sim a educação / parte pedagógica”. (Pedagogo da Instituição B)

“A Educação Infantil que possibilita o desenvolvimento de todos os aspectos sócio-afetivo e cognitivos, considerando-se a realidade da criança, sua integração e formação como cidadão, formando, para tanto, a sua autonomia e senso crítico. (Coordenadora Pedagógica da Instituição D).

As respostas das coordenadoras, pedagogas e assessorias destoam das respostas da maioria das profissionais das suas creches, pois todos que ocupam estes cargos de destaque têm uma visão que pode ser considerada correta do ponto de vista teórico e legal sobre a função da instituição, não podendo ser observado o mesmo com relação aos outros profissionais. Com exceção, destaca-se a visão da creche como um local de desenvolvimento crítico do indivíduo, manifestado tanto pela coordenação quanto por uma das profissionais da mesma instituição (D). O que estarão entendendo estas profissionais como desenvolvimento crítico?

Nenhuma das respostas fornecidas pelas profissionais nos levam a entender o que elas pensam sobre o desenvolvimento crítico. No entanto, nosso convívio com elas nos permite dizer que entendem por crítico um comportamento ativo, curioso e indagador e não exatamente um conceito de crítico atribuído a um sujeito ou portador de inteligência abstrata.

A visão destas profissionais não é diferente da concepção que se tinha de creche dentro do histórico da educação infantil brasileira. Ela mostra que “séculos” se

passaram e a prática vivenciada no interior das creches continua assumindo um caráter puramente assistencialista e higienista.

E como explica o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Conselho Estadual da Condição Feminina (SP, 1987, p.8):

“Antes de mais nada, creche é ... creche. Um local destinado a favorecer o desenvolvimento da criança pequena, de 0 a 6 anos, em todos os seus aspectos. Onde diariamente, a criança permanece durante um determinado número de horas, sendo cuidada por adultos, atendida em todas as suas necessidades básicas e retornando para sua casa no final do período. A creche é principalmente um lugar sob medida para a criança pequena, onde ela se socializa, estabelece relações afetivas - diferentes daquelas que desenvolve em sua casa.”

Analisando as respostas das profissionais entrevistadas, verificamos que 10 delas tiveram um caráter assistencialista e higienista e vieram confirmar ser por falta de qualificação, pois as profissionais mais qualificadas (grau superior de escolaridade), apresentam um outro tipo de visão de creches.

Vejamos, então, o que diz a Lei quanto a qualificação docente?

ARTIGO 21 - Quanto ao pessoal docente, técnico e administrativo, serão exigidos os seguintes requisitos:

I - **Diretor:** licenciatura em Curso de Pedagogia ou professor com especialização em Educação Pré-escolar e/ou Estudos Adicionais.

II - **Professores:** Habilitação obtida em:

a) estabelecimento de Ensino Superior, desde que em cursos de formação específica para a Educação Pré-escolar;

b) estabelecimentos de ensino de 2º grau, nos cursos de Magistério, com habilitação específica e/ou Estudos Adicionais.

III- **Atendente Infantil:** formação em nível de 1º grau completo (1ª a 8ª série).

IV- **Auxiliar de Administração Escolar:** formação em nível de 2º grau.

V - **Auxiliar de Serviços Gerais:** a critério da entidade mantenedora.

1º - Se comprovada a inexistência de professores habilitados, poderão ser indicados, mediante autorização do órgão competente da SEED, docentes formados em curso de Magistério, em nível de 2º Grau, ou de Pedagogia, sem a especialização de que trata o presente artigo.

2º - Não pode ser autorizada a funcionar Instituição de Educação Infantil que não possua em seu corpo docente dois e (2/3) de professores habilitados nos termos da letra b do inciso II do presente artigo.

3º - Na ausência das profissionais mencionados no inciso III, serão aceitos atendentes com, no mínimo, a 4ª série concluída”.

(Deliberação n. 034/93 do Conselho Estadual de Educação).

A Deliberação 034/93, no Artigo 21, como vemos, pede

um nível de qualificação para o pessoal docente, enquanto que na Lei n 5832/ 94, Anexo IV / Descrição de Cargos, lemos:

“Requisitos do Cargo: Auxiliar de Creche:

Experiência: A ser especificada no Edital de Abertura do respectivo Concurso.

Responsabilidade pela Segurança de Terceiros: As possibilidades de se provocar acidentes a terceiros são médias.

Responsabilidade por máquinas, equipamentos, insumos e patrimônio: O ocupante é responsável por ferramentas, materiais e equipamentos, nos quais as possibilidades de perdas parcialmente recuperáveis devido a descuido são evidentes, embora em grau médio.

Escolaridade: Ser alfabetizado.

Requisitos do Cargo: Monitor de Creche:

Instrução: 2º grau completo com curso profissionalizante em Magistério.

Experiência: A ser especificada no Edital de Abertura do respectivo Concurso.

Responsabilidade por precisão: o trabalho exige atenção e exatidão razoáveis, para evitar erros que possam causar moderados prejuízos.

Responsabilidade por informações confidenciais: o trabalho proporciona acesso a assuntos confidenciais e exige discricão, muito embora a consequência da divulgação seja de importância reduzida.

Iniciativa: Tarefas simples e rotineiras que não exigem iniciativa. O funcionário recebe instruções em todas as fases do trabalho e qualquer alteração cabe ao encarregado.

Responsabilidade por máquinas, equipamentos e insumos: As possibilidades de perdas devido a descuido são mínimas.”

Como observamos, a Lei nº. 5832/94, da Prefeitura do Município de Londrina - Estado do Paraná, não atende às necessidades para recrutamento de profissionais qualificados, futuros trabalhadores das creches. Exige-se para as Atendentes apenas ser *alfabetizado* e para Monitoras de Creche, *ter formação à nível de 2º grau - habilitação magistério*, só que sua tarefa será simples e rotineira, não exigindo iniciativa. Se considerarmos que para a Monitora não se exige iniciativa, o que podemos esperar das exigências em relação à Atendente que é um cargo hierárquico mais simples?

Estes pré-requisitos aqui citados cabem somente a seis creches das 53 do Município de Londrina. Isto porque, estas seis são mantidas pela Prefeitura (públicas), através da Secretaria de Ação Social e aos futuras profissionais destas é exigido concurso público. Como ficam as demais instituições?

As demais 47 creches são conveniadas e à Prefeitura cabe o pagamento das profissionais que são contratados através de ficha de inscrição ou um estágio de aproximadamente um mês. Destas profissionais, não é exigido magistério e quem as contrata é a (o) Presidente da instituição. Também uma grande parte das Instituições não recebe assistência pedagógica e as poucas que a recebem tem com pouca frequência

Cada instituição utiliza-se de critérios próprios para seleção de seus candidatos. É de se desejar que os critérios sejam adequados para o exercício da função da

instituição, pois:

“Devido ao despreparo de muitos professores, algumas crianças carregam, por toda a vida escolar, erros difíceis de recuperar; têm problemas sérios e chegam mesmo a não gostar dos estudos e detestar a escola”. (DROWET, 1990, p.104).

O grau de escolaridade das profissionais consultadas pode ser observada a seguir:

Quadro 1: Grau de escolaridade das profissionais que atuam em creche

Instituição A	Instituição B	Instituição C	Instituição D	Instituição E
Coordenador: Pós-Grad./Especialista Auxiliares e monitores: - 2º grau completo: 03 - Magistério de 2º g.: 02 - 1º grau completo: 01	Pedagogo: Pós-Grad./Especialista Assistente de creche: - Magistério de 2º g.: 02 - 3º grau incompleto: 02 - 3º grau completo: 01	Atendentes: - 2º g. incompleto: 01 - 2º g. completo: 01	Coord. Pedagógica: - Pós-Grad./Especialista Professoras: 3º grau incompleto: 04	Atendentes: - Magistério de 2º g.: 01 - 2º g. incompleto: 01 - 1º g. incompleto (4ª série): 01

Então temos:

Grau de Escolaridade:	Nº. de Profissionais
1º Grau incompleto	01
1º Grau completo	01
2º Grau incompleto	02
2º Grau completo	04
Magistério no 2º Grau	06
3º Grau completo	01
3º Grau incompleto	06
Especialização (pedagogos e coordenadores)	03
TOTAL CONSULTADOS	24

Nas Creches Públicas, como não é exigido formação específica, não há uma profissional a nível de 3º Grau, com exceção das coordenadoras e assessorias pedagógicas, enquanto em outras creches mantidas por outras entidades, a maioria de suas profissionais tem 3º Grau completo ou está cursando atualmente.

Quanto à formação exigida dessas profissionais, creio ser necessário exigir no mínimo, para todos que ingressarão na instituição, o 2º grau completo e habilitação de magistério, pois isto facilitaria o aprofundamento de discussões sobre o atendimento educacional infantil. A não formação da profissional reflete tanto na sua atuação junto às crianças, quanto em seu próprio entendimento sobre o desempenho de seu papel e sobre a função da instituição denominada creche. Isto fica claro quando observado o quadro 1 e as respostas cedidas pelas profissionais quanto ao entendimento que estes têm de sua Instituição, cujas respostas se modificam conforme o grau de escolaridade destas.

Como vemos, o grau de escolaridade compromete em certo modo a visão que estas profissionais têm de sua instituição. Compromete também sua função?

Em primeiro lugar, a Deliberação 034/93, no Artigo 21, classifica esses docentes em Diretor, Professores, Atendente Infantil, Auxiliar de Administração Escolar e Auxiliar de Serviços Gerais. Na realidade, não são só estes os termos usados para as profissionais da área. Cada instituição tem uma denominação e uma função específica para cada função. Assim, para a profissional de sala, temos: monitores, auxiliares, atendentes, pro-

fessores, assistentes. Para os cargos de coordenação: pedagogos, coordenadores pedagógicos.

Vejamos como são designados as profissionais nas creches consultadas:

Quadro 2: Profissionais de creche

Instituição A	Instituição B	Instituição C	Instituição D	Instituição E
Coord. Pedagógico Monitor Auxiliar	Pedagogo Assistente de Creche	Coord. Pedagógico Presid. da Creche) Atendente	Coord. Pedagógica Professor Atendente	Coord. Pedagógica (Presid. da Creche) Atendente

Por que tantos nomes para designar a profissional de creche?

O que observei é que nas instituições visitadas, o nome corresponde à função a ser exercida. Na maioria destas instituições (B, C, D e E) não há diferenciação entre as profissionais. Se há quatro profissionais por sala, as quatro são chamadas professoras ou auxiliares, por exemplo, e entre elas não há diferenciação de trabalho. Elas planejam as aulas juntas e colocam em prática, enquanto que na instituição A, muda-se o nome, muda-se a função e com isto há uma fragmentação do trabalho, pois uma não dá continuidade ao trabalho das outras, alegando *não ser sua função* e também *não ganhar para tal*. Além disso, os horários são diferentes: quando uma sai, começa o horário da outra. Mas ... não são as mesmas crianças e os mesmos objetivos da instituição? Observemos a função de algumas destas profissionais:

INSTITUIÇÃO A
<p>Monitor de Creche:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atender crianças das creches municipais na faixa etária até seis anos. - Desenvolver, conforme a idade, o projeto pedagógico definido pela Instituição. - Desenvolver a auto-estima e segurança emocional da criança. - Zelar pela segurança física, higiene, saúde e alimentação das crianças. - Promover atividades que atendam as necessidades básicas das crianças no campo ativo, social e intelectual. - Estimular a comunicação da criança nas suas mais diversas manifestações: corporal, musical, plástica, verbal e escrita. - Planejar, realizar e avaliar atividades que propiciem o desenvolvimento integral e harmonioso da criança. - Planejar planos semanais de atividades e entregá-las à orientação pedagógica ou direção, conforme especificação da unidade. - Responsabilizar-se pela conservação do material pedagógico. - Atualizar registros sob sua responsabilidade. - Administrar somente medicamentos solicitados, por escrito, pelo responsável da criança ou pelo médico. - Prestar primeiros socorros, sempre que necessário, seguindo criteriosamente a orientação do médico. - Participar das atividades da creche junto à família. <p>Auxiliar de Creche:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Manter organizadas as salas de atividades. - Distribuir, ordenar e zelar pelo material pedagógico utilizado em salas de atividades. - Orientar e realizar junto às crianças as atividades de higiene, alimentação e cuidados gerais. - Desenvolver atividades preestabelecidas junto às crianças. - Coordenar e orientar atividades livres no pátio.

Na verdade, não há motivo para haver diferentes denominações. Aliás, o profissional de creche deveria ter uma única denominação - *educador* -, pois este só não é chamado de, mas desempenha a **função de**, logicamente, com diferentes características e conseqüências.

O caracterizo educador porque entendo que para atuar numa sala de aula e com alunos, todos que ali estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem devem estar comprometidos com o planejamento e execução para que haja um bom andamento e aproveitamento das atividades a serem desenvolvidas com as crianças.

Quanto ao salário, as instituições visitadas divergem também. Algumas seguem um quadro de carreira que diferencia as profissionais por tempo de serviço. Outras

instituições pagam o mesmo para todas que atuam na mesma sala, pois todas desempenham a mesma função. Assim, entre elas não há diferenciação, todas atendem crianças de 0 a 6 anos, todas exercem a mesma função e desempenham o mesmo papel, então o salário é igual para todas.

Há também as instituições em que as denominações das profissionais mudam de acordo com a função que exercem em sala, com isto muda-se o salário. Isto acarreta problemas, ao meu ver, no desempenho da função, pois muitas delas não dão continuidade ao trabalho da outra por não ser seu papel e não ganhar para tal.

O quadro salarial das instituições variam, como se pode ler a seguir (valores referentes a novembro de 1995):

Quadro 3: Salário das profissionais que atuam em creche

Instituição A	Instituição B	Instituição C	Instituição D	Instituição E
Monitor: R\$ 377,00/8h Auxiliar: R\$ 230,00/8h	Assistente de Creche* R\$ 300,00/8h R\$ 256,00/8h	Atendente R\$ 150,00/8h	Professora R\$ 307,15/4h Atendente R\$ 399,60/8h	Atendente R\$ 150,00/8 a 8h30m**

* Existe quadro de carreira, sendo assim, as mais velhas de casa ganham mais.

** Na verdade, a jornada às vezes chega a 11h, enquanto as crianças ali estão.

Um outro ponto que merece atenção é de se manter uma certa proporção de profissionais em relação ao número de crianças atendidas. Eis alguns parâmetros técnicos citados no *Caderno de 10 Medidas Básicas para Educação Infantil* (São Paulo, 1994):

- 0 a 2 anos: 01 educador para cada 05 crianças;
- 2 a 5 anos: 01 educador para cada 10 crianças;
- 5 a 6 anos e 11 meses: um educador para cada 13,5 crianças (isto significa um adulto por grupo de 20 crianças, além de um educador/auxiliar para cada dois grupos de crianças nesta faixa etária).

Também estes dados, não são encontrados na prática de todas as creches. O que na grande maioria é um profissional para cada 20 ou mais crianças, independente da faixa etária, como mostra o quadro a seguir:

INSTITUIÇÃO A
- 01 profissional por sala - atendendo entre 16 a 20 crianças cada havendo sala com crianças desde 1 ano e 10 meses até sala de crianças de 6 anos, de 1 ano e 10 meses a 6 anos.
- 02 profissionais por sala - atendendo entre 16 a 20 crianças de 4 meses a 1 ano e 9 meses.
INSTITUIÇÃO B
- 04 profissionais por sala para atender entre 16 a 20 crianças de 04 meses a 09 meses.
- 04 profissionais por sala para atender entre 16 a 20 crianças de 10 a 1 ano e 2 meses.
- 04 profissionais por sala para atender entre 16 a 20 crianças de 1 ano e 3 meses a 2 anos.
- 04 profissionais por sala para atender 22 crianças de 2 a 3 anos.
- 03 profissionais por sala para atender 24 crianças de 3 a 4 anos.
- 02 profissionais por sala para atender 20 crianças de 4 a 5 anos.
INSTITUIÇÃO C
- 01 profissional para atender 14 crianças de 2 a 4 anos.
- 01 profissional para atender 23 crianças de 5 a 6 anos.
INSTITUIÇÃO D
- 01 profissional para atender 16 a 20 crianças de 3 a 4 anos.
- 01 profissional para atender 24 crianças de 4 a 5 anos.
- 01 profissional para atender 24 crianças de 5 a 6 anos.
- 01 profissional para atender entre 16 e 20 crianças de 6 a 7 anos.
INSTITUIÇÃO E
- 01 profissional para atender 21 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses.
- 01 profissional para atender 20 crianças de 3 a 4 anos.
- 01 profissional para atender 13 crianças de 1 ano e 6 meses a 2 anos e seis meses.

Outro problema enfrentado pelas instituições, quanto ao número de crianças, é o critério utilizado para a seleção das crianças que ingressam nestas. Há manipulação das pessoas que exercem cargo de poder Público (políticos que ignoram ou ultrapassam estes critérios de seleção), ocasionando a superlotação das salas de aula, e provocando a queda da qualidade de ensino.

A Deliberação 034/93 do CEE apresenta-se como um grande avanço em relação à Educação Infantil após a 5692/71. Agora, deve-se fazer cumprir o conteúdo da Deliberação, e esperar que para além dela, os órgãos públicos passem a equipar as instituições, ampliar as vagas e principalmente, capacitar educadores, pois a qualidade que estamos esperando na área de educação de 0 a 6 anos passa pela melhoria das condições materiais, e essencialmente, pela competência das equipes de profissionais envolvidos neste processo, sua formação compromissada com essas crianças.

Na sociedade atual, a mulher vem assumindo um papel decisivo na força de trabalho e se depara com um grande problema que é a inexistência de um número suficiente de instituições educacionais que se encarreguem de estimular e orientar suas crianças, enquanto ela está no trabalho. Levando esse aspecto em consideração e ainda que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento posterior da criança, compreende-se o valor e a necessidade da educação de boa qualidade à criança de 0 a 6 anos.

A instituição creche, em nosso país, passa por uma série de problemas. Problemas estes comuns à grande maioria das creches: falta de recursos econômicos, humanos e materiais. Destaquei, entre estes problemas, o de carência de recursos Humanos. Isto porque, dos contatos que tenho com estas instituições, observei que na maioria destas, não há o número suficiente de profissionais por sala, como também falta formação da maioria das profissionais. Segundo CAMPOS (1993), compete ao Estado a execução de recursos humanos para creches, além da definição de critérios para recrutamento e credenciamento de profissionais que atuam em creches.

"Considerando que a qualidade do atendimento à criança pequena é fundamental ao desenvolvimento subsequente, a creche assume um papel da mais alta relevância social". (NICOLAU, 1994, p.271).

Partindo da premissa que a qualidade do atendimento à criança pequena é fundamental, supõe-se que é nesta fase que precisaria estar atuando uma profissional com formação para tal, já que ela estará influenciando decisivamente no desenvolvimento da criança.

"Os seis primeiros anos de vida são extraordinariamente importantes e mesmo fundamentais para um bom desenvolvimento geral do indivíduo. Tanto no aspecto físico, como no mental, no social e no emocional, a criança sofre modificações muito grandes nesse curto espaço de tempo. Ela cresce em tamanho, aumenta peso, age conforme o seu sistema nervoso evolui e seu modo de pensar muda à medida que sua mente se modifica em interação com o meio físico e social. A criança

passa a lidar com uma soma cada vez maior de conceitos (desenvolvimento cognitivo), e à medida que cresce, pode expressá-los cada vez melhor através da linguagem". (DROUET, 1990, p.92)

Entre as teorias acerca do desenvolvimento humano, temos a contribuição de Piaget, Vygotsky, Wallon e outros. Neste trabalho enfatizarei alguns aspectos dos trabalhos de Piaget e Vygotsky, mas antes colocarei o que pensam as profissionais consultadas a respeito: 1) do seu papel no desenvolvimento da criança; e 2) o que faz e como faz para promovê-lo:

INSTITUIÇÃO A

- 1) Acham importante seu papel, pois influem no desenvolvimento da criança e passam a maior parte do tempo com elas.
- 2) Desenvolvem trabalhos, conversam, brincam, contam, trabalham a disciplina, corrigem os erros deles, etc.

INSTITUIÇÃO B

- 1) Participar das atividades desenvolvidas com eles, dar assistência: banho, lanche e dar carinho. Oportunizar situações para seu desenvolvimento, despertar o interesse e a curiosidade. Auxiliar a criança no seu desenvolvimento afetivo e intelectual.
- 2) Conversar, cantar, brincar, contar histórias, fazer atividades, trabalhos em cima de temas geradores. interação criança-criança, professor-criança.

INSTITUIÇÃO C

- 1) Ajudam de algum modo, educando e orientando estas crianças e dando noção de ler e escrever para quando entrarem na escola já estarem com alguma noção.
- 2) Desenho, pesquisa, pontilhado, pintura, tinta, blocos lógicos para o desenvolvimento do raciocínio, quebra-cabeça, etc. Tentam passar o que sabem a estas crianças.

INSTITUIÇÃO D

- 1) Mediador do conhecimento propondo atividades e colaborando com a construção do conhecimento da criança. Respeitar a criança, partindo do estágio de maturação que ela se encontra.
- 2) A partir da realidade das crianças, é feito o planejamento e relatório diário visando as dificuldades das crianças e respeitando cada nível. Criar um ambiente em que a criança possa se desenvolver e o professor auxiliar a criança quando necessário, propondo, discutindo com ela, tendo em vista que a criança tem que ser um indivíduo crítico e autônomo. Assim elas participam, expõem suas idéias e levantam suas hipóteses.

INSTITUIÇÃO E

- 1) Mostrar para as crianças as coisas boas, certas, que elas não encontram em seu lar. Nosso papel é importante, pois as crianças ficam aqui por não ter onde ficar.
- 2) Conversar, brincar, cantar para elas se alegrarem, desenvolver trabalhos, tentar estar no lugar dos pais para educá-los, dar carinho e formar futuros cidadãos.

Analisando estes dados, observei que a visão das profissionais se diferenciam bastante.

Não podemos esquecer que esta diferença é devida a muitos fatores, como os que levantei anteriormente: falta de informação e entendimento sobre a criança de 0 a 6 anos e falta de uma assistência pedagógica constante e efetiva, principalmente.

Muitas das profissionais de creche consultadas não entenderam a pergunta e lhe foi fornecida uma explicação para facilitar, então, a resposta. O que será que acontece? Será que linguagem não foi acessível?

De acordo com a pergunta sobre o papel da profissional no desenvolvimento da criança e as respostas dadas pelas profissionais, podemos dizer que elas consideram que exercem um papel importante na formação da criança de 0 a 6 anos.

Piaget mostra em seus estudos, como o homem ao nascer, apesar de trazer uma bagagem hereditária, não consegue, logo que nasce, emitir a mais simples operação de pensamento ou o mais elementar ato simbólico. É que o meio social, por mais que sintetize milhares de anos de civilização, não consegue ensinar, a esse recém-nascido, o mais elementar conhecimento objetivo. Isto porque, o sujeito humano é um projeto a ser

construído, como também o objeto é um projeto a ser construído. Assim, sujeito e objeto não têm existência prévia, a priori; eles se constituem mutuamente, na interação. Eles se constroem. (BECKER, 1992)

Desta forma, se estas profissionais de creche conceberem o conhecimento sob o ponto de vista construtivista, elas procurarão conhecer a criança como uma síntese individual da interação desse sujeito com o seu meio cultural (político, econômico e social), ou seja, o sujeito constrói seu conhecimento na interação com o meio e esta construção depende, pois, das condições do sujeito e das condições do meio.

Também Vygotsky, atribui grande importância à interação social no processo de construção das funções psicológicas humanas, pois para ele o desenvolvimento individual se dá num ambiente social determinado e a relação com o outro, nas diversas esferas e níveis da atividade humana, é essencial para o processo de construção do ser psicológico individual. (OLIVEIRA, 1995).

Dessa maneira o indivíduo se constitui não somente através dos processos de maturação orgânica, mas principalmente através de suas interações sociais, a partir das trocas estabelecidas com seus semelhantes. Então, construir conhecimentos implica numa ação partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objeto de conhecimento são estabelecidas. (REGO, 1995).

Nessa perspectiva, o professor desempenha uma função de extrema relevância no contexto, sendo ele o elemento mediador das interações entre os alunos e das crianças com os objetos de conhecimento. Assim, as demonstrações, explicações, justificativas, abstrações e questionamentos do professor são fundamentais no processo educativo. Isto não quer dizer que ele deva "dar sempre a resposta pronta", porque tão importante quanto o fornecimento de informações e pistas, é a promoção de situações que incentivem a curiosidade das crianças, possibilitando a troca de informações entre elas e permitindo o aprendizado das fontes de acesso ao conhecimento.

Acredito que favorecer o desenvolvimento infantil, envolve então, o trabalho de profissionais sensíveis, flexíveis e criativos que, através de suas iniciativas, propiciem às crianças possibilidades de novas experiências e ampliação do conhecimento.

Como podemos cobrar de profissionais, para cuja contratação se exige apenas ser *alfabetizado*, que tenham o desempenho e um entendimento adequado para as características da criança com quem trabalha?

Sabemos que a formação profissional é de extrema importância, no entanto, só a titulação não é suficiente. Acima de tudo, é preciso um compromisso profissional que precisa ser estimulado e apoiado institucionalmente.

Em meio a todas as dificuldades observadas na realidade das creches através deste estudo, um fato contraditório nos chamou a atenção e nos emocionou.

Uma profissional com formação de 1º grau incomple-

to (4ª série), rodeada por 13 crianças de 1 a 2 anos, que a chamavam de mãe, que se doa de 8 a 11 horas diárias para estas crianças, abnegadamente oferecendo todo o carinho que elas necessitam, mostrou-se como uma profissional que, embora não tenha formação, tem um componente altamente significativo para aquelas crianças - o amor.

Essa profissional, pelas suas características, tem que ser capacitada para desempenhar também seu papel pedagógico junto às crianças. As instituições deveriam ter pessoas com sensibilidade para identificar estas situações e investir na direção de seu aproveitamento e formação.

4. HIPÓTESES DE SOLUÇÃO

Com base nos dados obtidos na realidade de cinco instituições da cidade de Londrina e analisando-os conjuntamente como contribuições teóricas sobre creches e desenvolvimento infantil, pode-se propor as seguintes hipóteses de solução para o problema que nos propusemos a estudar:

Qual o entendimento que o profissional de creche tem de sua instituição, bem como de sua função? O que fazem e como fazem para a promoção do desenvolvimento infantil?

A. Alertar os órgãos Públicos sobre a necessidade de:

1. Suprir e manter o quadro funcional das Instituições para que não haja constante rotatividade de profissionais;
2. Contratação de um "Monitor"- termo usado em algumas Instituições - para cada sala, desde o berçário;
3. Rever o número de profissionais que se deve ter para atender a criança de 4 meses a 1 ano e 4 meses;
4. Criação de uma assessoria de atendimento aos coordenadores de Instituições que atendam crianças de 0 a 6 anos;
5. Municipalização das Instituições que atendem crianças de 0 a 6 anos;
6. Fornecer a estas profissionais, grupos de estudos quinzenais para estarem: trocando idéias, fazendo leituras, salientando suas dificuldades, enfim estar se aprofundando teoricamente para embasar sua prática;
7. Organizar, também, reuniões Pedagógicas mensais, trazendo até estas profissionais pessoas capacitadas para estarem tratando e discutindo assuntos que venham de encontro com suas expectativas e ansiedades;
8. Rever o regime de contratação do profissional de

creche;

9. Dar capacitação a estes profissionais que têm qualificação inferior, aproveitando-os por já ter uma prática rica e que jamais deve ser descartada;

10. Cumprir a Deliberação 34/93 e o Estatuto da criança e do Adolescente.

B. Alertar os Órgãos Públicos para a importância de se:

1. Trazer os pais para participarem da Instituição = integração comunidade-instituição.

C. Reunir os coordenadores e pedagogos das creches consultadas, além de assessoria da Educação pré-escolar e Assistente Social, Coordenadora do Projeto Creche da Secretaria da Ação Social do Município de Londrina; para discutir com nossa participação; os aspectos relativos aos problemas estudados e o encaminhamento possível das hipóteses de solução aqui levantadas.

5. APLICAÇÃO À REALIDADE

Diante de todas as hipóteses de solução levantadas para o problema estudado, me comprometo com as seguintes formas de intervenção na realidade estudada:

1. Discutir com as profissionais de creches as dificuldades enfrentadas por eles em seu trabalho;
2. Realizar um levantamento junto as profissionais que atuam em creches na cidade de Londrina sobre suas ansiedades quanto ao trabalho a ser desenvolvido com as crianças
3. Organizar cursos e/ou grupos de estudos, com contribuições teóricas e metodológicas para atender as suas necessidades, conforme as funções que exercem;
4. Encaminhar este trabalho aos coordenadores responsáveis pelas creches estudadas para sensibilizá-los quanto a necessidade de um trabalho mais efetivo de formação profissional;
5. Encaminhar este trabalho também para as autoridades envolvidas com a questão da Educação Infantil no Município de Londrina, como forma de sensibilização para maior atenção e ações efetivas para esta educação;
6. A autora deste trabalho colocar-se-á à disposição das profissionais de creches para analisar e estudar conjuntamente as questões relacionadas ao problema estudado;
7. Divulgar através de artigo e/ou exposição oral, os resultados deste estudo junto a diferentes setores da comunidade.

ABSTRACT: *The period from 0 to 6 years of age is a period of great changes for the child's physical, mental, social and emotional aspects. Such changes direct the later acquisition. We assume it is in this stage the child needs a better assistance, having well prepared people to promote this development. The focus of the work is the children's education at the Day Cares in the city of Londrina. The question which oriented all stages of the study, according to the Problematization Methodology, was the following: Which understanding does the day care professional have about his Institution, as well as his function? What they do and how they do to the child's development promotion? The purpose of the study was to analyse the understanding that the professionals, who work with children at these ages, have about the Day Care, the child's development, what they do and how they promote it. 24 professionals that work in the Day Care and with Day Care, either with children or with the coordination of this kind of Institution were the subjects of this research. We tried to study the problem through the literature about child's education and Day Cares, through the educational legislation, other official documents and interviews with professionals that work with such Institutions. The analysis of the results showed that the vision the people have about Day Care changed very little through the centuries, being still considered a social welfare work. This vision is justified for the fragility in the formation of these professionals. They do not have a clear vision of their role and function in the Day Care. They do not even know what to do and how to promote a child development.*

KEY WORDS: *Day Care; Child Development; Education from 0 to 6 years of age; Day Care professionals.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A EDUCAÇÃO infantil em São Bernardo do Campo: uma proposta integrada para o trabalho em creches e EMEI'S. São Bernardo do Campo : [s.n.], 1992.
- BECKER, Fernando. O que é Construtivismo. *Revista da Educação*. AEC, Brasília, v. 21, n. 83. p. 7-15, Abr/Jun. 1992.
- BORDENAVE, Juan Diaz; PEREIRA, Adair Martins. *Estratégias de ensino e aprendizagem*. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1982.
- BRASIL. Constituição, 1968. *Constituição: república federativa do Brasil*. Brasília : Senado Federal, 1988.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Minidicionário da língua portuguesa*. São Paulo : FTD, 1995.
- Caderno de educação infantil Estado do Paraná*. Curitiba : Secretaria do Estado de Educação, 1994.
- CAMPOS, Maria Malta et alli. *Creches e pré-escolas no Brasil*. São Paulo : Cortez, 1993.
- CENTRO INTERNACIONAL DA INFÂNCIA. *O desenvolvimento da criança do nascimento aos 6 anos*. 3 ed.. São Paulo : Pioneira, 1987. (Série Cadernos de Educação).
- CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 76, p. 31-40, fev. 1991.
- COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO. *Fundação ABRINQ pelos direitos da criança: 10 medidas básicas para a infância brasileira*. São Paulo : CBMM, 1994.
- Conselho Nacional de Direitos da Mulher; Conselho Estadual da Condição Feminina. *Creche urgente: organização e funcionamento 2*. São Paulo : Conselho Nacional de direito da mulher, [19].
- DROWET, Ruth Caribé da Rocha. *Fundamentos da educação pré-escolar*. São Paulo : Ática, 1990.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Minidicionário da língua portuguesa*. 12.ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1985.
- NICOLAU, Marieta Lúcia Machado. *A educação pré-escolar: fundamentos e didática*. São Paulo : Ática, 1994.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (org.). *Educação infantil: muitos olhares*. 2.ed. São Paulo : Cortez, 1995.
- OLIVEIRA, Marta Kuhl. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio histórico*. São Paulo : SCIPIONE, 1995.
- PARANÁ. Secretaria da Educação e Cultura - Ensino de 1o. e 2o. Grau - Curitiba : Fundepar, 1971.
- PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. *Deliberação n. 034/93: normas para educação infantil no sistema estadual de ensino estadual de ensino do Paraná*. Curitiba : Conselho Estadual de Educação. 1993.
- REGO, Tereza Cristina. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Rio de Janeiro : Vozes, 1995.
- SOUZA, Solange Jobim e; KRAMER, Sônia. *Educação ou tutela? a criança de 0 a 6 anos*. São Paulo : Loyola, 1988. (Coleção Espaço, v. 11).